JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV – Nº 690 – Brasília, sexta-feira, 15 de maio de 1998

Mudança na imunidade deve ser votada em junho

Presidente do Senado reúne líderes partidários e acerta que Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apreciará a proposta na quarta-feira. Objetivo é ver o assunto discutido em plenário no próximo mês

Antonio Carlos Magalhães reuniu os líderes do Senado e membros da CCJ para acertar tramitação rápida da proposta que limita a imunidade parlamentar

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, acertou ontem com os líderes dos vários partidos e com os integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) uma rápida tramitação para a proposta que pretende, como ele definiu, "distinguir a imunidade parlamentar da impunidade". Já na reunião desta quarta-feira, a CCJ deverá apreciar o texto, permitindo que, no próximo mês, o plenário discuta e vote a emenda constitucional. Entre as mudanças previstas, está a fixação de um prazo máximo para que a casa parlamentar vote o pedido de licença para processar o deputado ou senador. **Página 3**

Senadores pedem obra contra a seca

A transposição das águas do São Francisco foi apontada ontem, em plenário, como fundamental para acabar com a seca que castiga o Nordeste. **Página 8**

No plenário, o drama da seca foi o tema abordado por vários senadores

Projeto sobre 1º emprego vai a plenário

Começa a ser discutido pelo plenário, na quarta-feira, projeto do senador Osmar Dias que oferece deduções tributárias a quem der emprego a jovens entre 14 e 18 anos. **Página 2**

Audiência debate Carta do Mercosul

Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul realizou audiência pública ontem, para discutir a Carta Social do acordo. *Página 7*

Plenário discute incentivo a primeiro emprego

O plenário do Senado discutirá na quarta-feira projeto do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que cria o Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego e concede incentivos tributários às empresas que oferecerem o primeiro emprego a jovens de 14 a 18 anos.

O programa será vinculado ao Ministério do Trabalho, e as empresas poderão abater do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro os gastos de INSS e FGTS dos menores contratados. Nas comissões, o projeto recebeu pareceres favoráveis.

Ao justificar o projeto, Dias cita estatísticas da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) mostrando que 68% dos jovens entre 17 e 25 anos trabalham no mercado informal, sem as garantias dadas aos trabalhadores registrados. "Na faixa dos jovens entre 14 e 18 anos a situação é bem mais grave." Por isso, continua o senador, é necessário incentivar a oferta de empregos aos jovens.

O projeto prevê a regulamentação em 90 dias pelo governo federal do incentivo ao primeiro emprego, inclusive garantindo vagas aos beneficiados em escolas profissionalizantes mantidas pelas confederações nacionais de empregadores.

Agenda do Dia

PRESIDENTE
Antonio Carlos Magalhães
9h - Sessão não deliberativa
15h30 - Despacho interno

PLENÁRIO
9h - Sessão não deliberativa

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO
Segunda-feira (18.05.98)
14h30 - Sessão não deliberativa

Terça-feira (19.05.98)
14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Discussão em turno único do *PLC nº 9/98, que cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDCT; discussão em turno único do *Projeto de Resolução nº 34/98, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até quatrocentos e quarenta e dois milhões e cem mil francos franceses junto ao Banque de Paris et de Pays Bas - Paribas, destinada ao financiamento dos débitos da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, referentes à construção da Usina Termelétrica de Candiota III - Unidade I; votação em turno único do *Requerimento nº 269/98, do senador José Ignácio Ferreira, solicitando a retirada do PLS nº 69/97, de sua autoria, que regulamenta a experimentação técnico-científica na área de engenharia genética, vedando os procedimentos que visem à duplicação do genoma humano com a finalidade de obtenção de clones de embriões e seres humanos; e discussão em turno único da redação final do *Projeto de Resolução nº 33/98, que autoriza o estado do Paraná a emitir, mediante ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Paraná - LFTPR, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária vencível no primeiro semestre de 1998
Quarta-feira (20.05.98)
14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Votação em primeiro turno da *PEC nº 19/96, que dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS; discussão em turno único do *PLS nº 142/95, que cria o Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego - Pepe; discussão em turno único do *PLS nº 143/95, que concede incentivo tributário ao empregador participante do Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego - Pepe; discussão em turno único do *Projeto de Resolução nº 28/98, que autoriza o estado do Rio Grande do Norte a contratar operação de refinanciamento de sua dívida, consubstanciada no contrato de confissão, promessa de assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União, em 1997, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; *Requerimento nº 153/98, do senador Pedro Simon, solicitando a criação de uma comissão interna, composta por 11 membros, para, no prazo de 120 dias, estudar as causas do desemprego e do subemprego no Brasil; *Requerimento nº 160/98, do senador Waldeck Ornelas, solicitando a criação de comissão especial temporária, com a finalidade de promover estudos tendo em vista o exame de proposta de reforma tributária, a ser integrada por 11 senadores titulares e 11 suplentes, tendo prazo de funcionamento até 15 de dezembro de 1998; *Mensagem nº 106/98, o presidente da República submete à deliberação do Senado o nome de Marcus Camacho de Vincenzi para exercer a função de embaixador do Brasil junto à Colômbia; e *Mensagem nº 126/98, o presidente da República submete à deliberação do Senado o nome de Marco Cesar Meira Naslausky para exercer a função de embaixador do Brasil junto à Santa Sé e, cumulativamente, exercer a de embaixador junto à Ordem Soberana e Militar de Malta

COMISSÕES

Terça-feira (19.05.98)
10h - Comissão de Assuntos Econômicos
1ª parte
Pauta: Eleição do presidente da comissão
2ª parte
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 298/95, que dispõe sobre o custo de cada parcela rural em projetos de colonização oficial; *PLS nº 292/95, que dispõe sobre a aplicação das receitas provenientes das privatizações; *PLS nº 9/97, que dispõe sobre as transferências financeiras destinadas à manutenção das câmaras de vereadores pelas prefeituras municipais; *PLS nº 231/95, que veda ao Poder Executivo a fixação de cotas de importação para as Áreas de Livre Comércio; *PLS nº 31/98, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; e *PLS nº 15/97, que extingue os créditos do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, oriundos de contribuições sociais devidas pelos municípios, até 31 de dezembro de 1992. *Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa*
10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: *PLC nº 74/97, que dispõe sobre a substituição gradual da frota oficial de veículos. *Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa*

Quarta-feira (20.05.98)
10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Lançamento da publicação *Operação Mãos Limpas*, elaborada pelo senador Pedro Simon. *Sala 3 - Ala Senador Alexandre Costa*
11h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PEC nº 52/95, que suprime dispositivo constitucional que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; *PEC nº 11/96, que altera o parágrafo 5º do art. 166 da Constituição federal; *PLS nº 230/95, que dispõe sobre as operações de fomento mercantil - *factoring*; *PLC nº 103/96, que dispõe sobre os registros públicos; *PLS nº 63/95, que estabelece a revisão obrigatória da declaração do imposto sobre a renda dos detentores de cargo eletivo ou diretivo na administração pública; *PLS nº 81/95, que dispõe sobre as sociedades cooperativas; e *PLS nº 241/97, que dispõe sobre a discriminação praticada contra servidores. *Sala 5 - Ala Senador Alexandre Costa*

ESPECIAL
Terça-feira (19.05.98 a 28.05.98)
9h às 18h30 - Exposição do artista Thales de Castro Maia. *Salão Negro*
Quarta-feira (20.05.98)
Cultura ao Meio-Dia
Filme: *Como Ser Solteiro*, de Rosane Swartman. *Auditório Petrônio Portella*

Paulinho fala de samba

A Rádio Senado transmite, neste sábado, uma entrevista inédita com o cantor e compositor Paulinho da Viola. Ele fala de seu progressivo envolvimento com a música, desde que, quando criança, assistia aos saraus na casa de Jacob do Bandolim. Recorda o primeiro parceiro - Hermínio Belo - e o primeiro cachê, recebido de Cartola.

O programa vai ao ar amanhã, às 20 horas.

Século XX mostra anos 80

O início da década de 80 quebra o ciclo de desenvolvimento recorde que o Brasil vinha experimentando. A explosão da bomba no Riocentro, a morte da cantora Elis Regina, a derrota do movimento "Diretas Já" e a eleição do presidente Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral são outros episódios que marcam os anos 80 e que serão resgatados pelo programa *Século XX*, com depoimentos de políticos como o deputado Delfim Netto e o ministro José Serra. O *Século XX* vai ao ar no sábado, às 22h, e no domingo, às 17h.

TV divulga Museu Eletrônico do Senado

Museu e música popular brasileira movimentarão o fim de semana na TV Senado. Às 10h e às 21h de sábado e domingo a emissora retransmite a inauguração do Museu Eletrônico do Senado, dirigida pelo presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães. E às 22h de sábado e domingo a TV coloca no ar uma entrevista exclusiva com os Novos Baianos, entremeada com imagens do último *show* do grupo, que inclui o sucesso recente "Infinito Circular".

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes
Lúdio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto
Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social – Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração – Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado – Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado – José do Carmo Andrade
Editor-Chefe – Djalba Lima
Editores – Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação – Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão – Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Morais
Fotos – Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF
Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

A proposta de revisão do instituto será apreciada na quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, segundo decisão adotada em reunião de líderes que também traçou a agenda de trabalho para o período pré-eleitoral

ACM quer imunidade votada em junho

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, acertou ontem com os líderes partidários que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apreciará, na próxima quarta-feira, a proposta de revisão do instituto da imunidade parlamentar. O senador José Fogaça (PMDB-RS) está incumbido de apresentar o texto da emenda a ser votada pelo Senado, bem como manter contatos com a Câmara dos Deputados, buscando entendimentos para unificar as posições das duas Casas sobre a matéria. Antonio Carlos disse que espera votar a matéria, em primeiro turno, ainda no mês de junho.

Antonio Carlos e os líderes partidários decidiram adotar um esquema de trabalho compatível com a participação dos senadores nas campanhas eleitorais

Os líderes partidários – segundo adiantou o líder do PMDB, Jáder Barbalho (PA) – estão acolhendo a tese de não mutilar o princípio da imunidade. De acordo com o senador, a resposta aos pleitos da sociedade, no sentido de distinguir imunidade de impunidade, viria pela fixação de um prazo para que a Câmara ou o Senado apreciem os pedidos de licença do Supremo para processar um parlamentar. Se, durante esse período, a Casa de origem do parlamentar visado não votar o pedido, aprovando ou rejeitando a solicitação, automaticamente o processo judicial será iniciado. Esse princípio também seria estendido às assembléias legislativas e câmaras municipais.

Durante a reunião, Antonio Carlos Magalhães definiu com os líderes a agenda de trabalho do Senado para o período pré-eleitoral que vai de junho a setembro deste ano. Ele garantiu que o Congresso Nacional funcionará todos os meses, em um esquema de trabalho parlamentar compatível com o envolvimento de seus integrantes na próxima campanha eleitoral. Nos meses de junho e agosto, serão duas semanas de esforço concentrado. As agendas de votação serão previamente definidas.

O recesso do mês de julho deverá ser respeitado, acrescentou o senador Jáder Barbalho, salvo se o presidente da República tomar a iniciativa da convocação extraordinária do Congresso. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse que essa possibilidade é "muito improvável".

O recesso de julho, no entanto, somente poderá ser iniciado após a apreciação pelo Congresso da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), conforme dispositivo legal. Enquanto esse projeto não for votado, o Legislativo continuará funcionando, mesmo entrando em julho, sem a necessidade de qualquer convocação extraordinária. Para o mês de setembro, o presidente do Senado e as lideranças partidárias decidiram concentrar as atividades parlamentares em uma semana.

O senador Antonio Carlos Magalhães confirmou que na próxima semana, já na condição de presidente da República em exercício, deverá enviar ao Congresso a medida provisória ajustada com a oposição nos entendimentos que abriram caminho para a votação de todas as MPs vinculadas a questões do funcionalismo público. Essa nova medida provisória deverá redefinir a questão das gratificações para funções nas áreas de ciência e tecnologia. Tão logo essa medida seja aprovada pelo Congresso, assinalou, será marcada a sessão para promulgação da reforma administrativa.

Participaram da reunião com Antonio Carlos Magalhães os senadores Elcio Alvares (PFL-ES), Sérgio Machado (PSDB-CE), Edison Lobão (PFL-MA), Eduardo Suplicy (PT-SP), Jáder Barbalho (PMDB-PA), José Fogaça (PMDB-RS), Bernardo Cabral (PFL-AM) e Epitácio Cafeteira (PPB-MA).

Palácio envia mensagem sobre viagem de FHC

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, informou ontem ao plenário o recebimento da mensagem do Palácio do Planalto comunicando a viagem do presidente Fernando Henrique Cardoso à Espanha, Suíça e Portugal, no período de 16 a 24 deste mês.

Simon lança na CCJ livro sobre Operação Mãos Limpas

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral (PFL-AM), está convidando parlamentares para o lançamento da publicação "Operação Mãos Limpas", elaborada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS). Será às 10h do próximo dia 20 de maio, na sala de reuniões da CCJ, Ala Senador Alexandre Costa.

A publicação contém as palestras e debates realizados em audiência pública da CCJ com procuradores italianos que trabalharam na Operação Mãos Limpas. Essa audiência pública foi realizada por iniciativa de Pedro Simon, interessado em trazer para o Brasil a experiência da promotoria pública italiana no combate à corrupção.

Na ocasião, o procurador Piercamillo Davigo, um dos que integrou o *pool* original da Operação Mãos Limpas, afirmou que, para sobreviver a um mundo globalizado, os setores público e privado devem buscar a maior eficiência possível, visto que a corrupção é incompatível com a eficiência.

Simon propôs a audiência pública com procuradores italianos

Antonio Carlos presidiu a sessão em que a operação foi aprovada

Plenário aprova projeto de resolução que permite ao governo alagoano remanejar verba originalmente destinada a programa de demissão voluntária de servidores

Alagoas tem recursos para pagar folha

O estado de Alagoas poderá utilizar R$ 27 milhões que sobraram do Programa de Desligamento Voluntário (PDV) para pagar salários atrasados dos servidores públicos estaduais. Projeto de resolução nesse sentido foi aprovado ontem pelo plenário do Senado, em regime de urgência.

O projeto permite uma alteração no contrato de operação de crédito firmado entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e o estado. Pelo contrato, Alagoas recebeu R$ 300 milhões para quitar dívidas com o PDV, mas só utilizou para esse fim R$ 273 milhões. Os restantes R$ 27 milhões serão utilizados no pagamento de salários atrasados dos servidores.

O parecer favorável ao projeto foi do senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Ele alegou que o estado precisa dessa ajuda devido aos problemas que vem enfrentando na área administrativa. Suassuna lembrou ainda que o pleito é justo porque irá auxiliar os servidores do estado, que não podem arcar com as conseqüências de irregularidades e de problemas administrativos anteriores.

A Assembléia Legislativa de Alagoas também aprovou lei que autoriza o remanejamento de recursos para pagamento de servidores, segundo Suassuna. O senador explicou que o pedido não é uma nova operação de crédito, mas um remanejamento do que já havia sido concedido pela CEF.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ainda tentou modificar o projeto, apresentando uma emenda em plenário. Segundo a emenda, o saldo de R$ 27 milhões não poderia ser incluído no refinanciamento da dívida global do estado, dentro do programa de ajuste promovido pelo governo federal.

Ao defender a emenda de Suplicy, o senador Lauro Campos (PT-DF) disse que o projeto de resolução "é irracional" e que o governo de Alagoas não cumpriu a palavra, deixando de pagar devidamente os servidores que aderiram ao PDV. Suplicy afirmou que "é estranho" o procedimento do governo de Alagoas ao pedir tal alteração no contrato com a CEF.

O relator rejeitou a emenda, e o projeto de resolução foi aprovado sem modificações. Quando o projeto foi examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), houve polêmica. Os senadores Esperidião Amin (PPB-SC) e Vilson Kleinübing (PFL-SC) alertaram que tal aprovação ameaça levar outros estados a fazerem solicitações semelhantes, o que poderá aumentar o déficit público. Além de Kleinübing e Amin, votaram contra o projeto na CAE os senadores Osmar Dias (PSDB-PR) e Lauro Campos.

Campos propõe direito de visita de avós

Projeto de lei que garante aos avós o direito de visitar os netos em caso de separação judicial dos pais foi apresentado pelo senador Júlio Campos (PFL-MT) e encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa.

A proposição acrescenta à Lei nº 8.069/90, que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente, o direito de convivência com cada um dos avós e altera o Código de Processo Civil, ressalvando que, em caso de separação judicial do casal, o juiz poderá regular o direito de visitas dos avós aos netos.

Pondera Júlio Campos que o Brasil vem experimentando "uma verdadeira revolução de costumes para pior", com a "degradação das famílias e dos grupos comunitários". Com a convivência, os avós podem desempenhar, na opinião do senador, "papel de relevo junto aos netos na tessitura de ambiente que inspire segurança e permita a transferência de informações atávicas".

Campos: "papel de relevo"

O projeto não remove o obstáculo criado por dispositivo do estatuto que proíbe a adoção da criança por ascendentes e irmãos, embora o senador manifeste desacordo em sua justificativa: "A lei brasileira faculta o direito de adotar qualquer outra pessoa, ainda que estrangeira, mas não aos próprios avós", enfatiza Júlio Campos, deixando claro que seu projeto não abre brechas para a transferência da guarda. "Por mais degradada que seja a mãe ou o pai biológicos de uma criança, a transferência do pátrio poder jamais poderá favorecer aos avós", esclarece.

Menos controversa, a proibição de visitar a criança – algumas vezes feita aos avós por intransigência do ex-cônjuge que detém a guarda do menor – também é considerada "injusta e inaceitável" pelo autor. Em decorrência do conflito judicial, um dos pais, "sem razão plausível, amplia os próprios poderes para além das disposições proferidas na sentença" e passa a criar obstáculos dessa natureza, argumenta.

– Embora o direito a essas visitas se revista de sentido natural, inerente à ancestralidade, não há previsão que as autorize e garanta legalmente – enfatiza Júlio Campos, que pretende, com seu projeto, preencher essa lacuna.

Governo gaúcho é autorizado a rolar dívida

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de resolução que autoriza o Rio Grande do Sul a rolar a sua dívida mobiliária com vencimento no primeiro semestre deste ano. Pelo projeto, o governo do estado vai emitir Letras Financeiras do Tesouro do Rio Grande do Sul (LFTRS) no valor de R$ 1,1 bilhão.

O prazo da operação é de cinco anos e a quantidade de títulos, superior a cinco trilhões. A grande quantidade de títulos se deve ao fato de eles terem sido emitidos em 1993 e 1994, quando a moeda nacional era o desvalorizado cruzeiro, que depois seria transformado em cruzeiro real e, em seguida, em real.

O projeto foi aprovado por unanimidade, sem emendas. De acordo com o parecer do relator da matéria, senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), a dívida mobiliária do Rio Grande do Sul atingiu, em fevereiro de 98, R$ 8,5 bilhões.

A aprovação do projeto permitirá que essa dívida seja alongada, com vencimentos graduais a partir deste ano, até o ano 2.003. Segundo Maldaner, mesmo num contexto de inadimplência, o Rio Grande do Sul está empenhado em alcançar equilíbrio econômico-financeiro.

O relator afirma ainda que o pedido do Rio Grande do Sul está amparado pela Resolução 69/95 do Banco Central. Essa norma dispõe sobre limites globais e condições para operações de crédito interno e externo dos estados, Distrito Federal, municípios e suas autarquias, incluindo permissão para lançamento de títulos da dívida pública.

Parlamentar entende que ataque aos beneficiários de aposentadorias precoces marcam nova fase do comportamento do presidente da República

Suplicy condena "destempero verbal" de Fernando Henrique

Ao criticar o que chamou de "destempero verbal" do presidente Fernando Henrique Cardoso, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ontem que tal comportamento aumenta as chances de vitória de Lula como candidato das esquerdas nas eleições presidenciais, agora que o PT está se coligando nacionalmente com PDT, PC do B e, provavelmente, o PSB.

– FHC indignou muita gente quando classificou de vagabundos os brasileiros que se aposentam antes dos 50 anos, principalmente porque se esqueceu de vários integrantes de seu governo enquadrados nessa categoria, e até de si mesmo, que, aos 48 anos, plenamente anistiado pelo regime militar, preferiu manter sua aposentadoria a voltar a exercer o magistério – destacou.

Suplicy diz que FHC ajuda Lula

Para Suplicy, ações de Fernando Henrique como mandar prender os líderes do MST, ofender os aposentados, tardar no socorro do incêndio em Roraima e dos flagelados da seca do Nordeste estão minando o seu apoio junto à opinião pública e podem abrir caminho para a alternativa Lula à Presidência da República.

Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) acrescentou que tem estranhado as declarações de Fernando Henrique, antes "tão invejavelmente equilibrado" nos planos emocional e intelectual. "Ao dizer que 'sua inteligência supera sua vaidade', ele está justamente incorrendo em atitude narcisista que desmente sua afirmação. Depois de criar celeuma dizendo ser neo-social-democrata, agora se intitula neo-republicano. Ora, a Nova República veio com Getúlio Vargas e ele sempre afirmou querer acabar com os resquícios do getulismo no Brasil."

Senador apóia referendo sobre cassinos

Ao enfatizar os aspectos negativos da legalização de cassinos no Brasil, o senador Eduardo Suplicy considerou oportuna a decisão do Senado de enviar o projeto à Comissão de Assuntos Sociais, embora já tivesse cumprido os trâmites necessários para a sua votação em plenário, decisão criticada por muitos senadores. "Estranho o açodamento para votar um projeto tão polêmico num ano em que tantas atenções estão voltadas para a Copa do Mundo e para as eleições", destacou.

Suplicy endossou a idéia do senador Artur da Távola (PSDB-RJ) de propor a realização de um referendo popular, caso o projeto venha a ser aprovado no Senado, como já o foi na Câmara. "Aqueles que defendem a legalização dos cassinos argumentam que já existem muitas loterias da CEF, bingos a cada esquina, sorteios na TV através do 0900. Não concordo. Ninguém vai preconizar o adultério, somente por ser tão freqüente na sociedade brasileira", argumentou.

Para Suplicy, pode até ser que os cassinos gerem algum turismo e mais empregos nos complexos hoteleiros.

Alcântara destaca trabalho do Iphan na defesa de patrimônio

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou o trabalho de preservação desenvolvido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) desde sua criação em 1937, ao anunciar o lançamento do relatório de atividades da entidade, que abrange o biênio 1996/97. "Trata-se de documento primorosamente elaborado e de relevante conteúdo, no qual se demonstram, em linguagem singela, aspectos significativos de nossa riqueza cultural e das ações desenvolvidas no sentido de seu resguardo e ampla divulgação", disse.

Alcântara lembrou que o Iphan foi criado como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tendo na direção Rodrigo Melo Franco de Andrade, que, desde o primeiro momento, contou com a colaboração de vários intelectuais e artistas – como Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Prudente de Morais Neto, Luís Jardim, Afonso Arinos, Lúcio Costa e Carlos Drummond de Andrade – vinculados ao movimento modernista.

– Hoje, as ações do Iphan são desenvolvidas pelas 14 coordenações regionais e 19 sub-regionais; nove museus nacionais e 18 regionais; nove casas históricas; um parque histórico; a Cinemateca Brasileira; o Palácio Gustavo Capanema; o Paço Imperial e o Sítio Roberto Burle Marx – explicou o senador.

Lúcio Alcântara destacou ainda que a função preservacionista do Iphan pode ser constatada no seu acervo, que reúne mais de 16 mil edifícios tombados; 50 centros e conjuntos urbanos; dez mil sítios arqueológicos cadastrados; mais de um milhão de objetos, algo em torno de 245 mil volumes bibliográficos; substanciosa documentação arquivística e registros fotográficos, cinematográficos e videográficos.

O senador lembrou também iniciativas como a Exposição Monet, que trouxe pela primeira vez à América Latina as obras do impressionista francês, pertencentes ao Museu Marmottan, atraindo mais de 400 mil visitantes ao Museu de Belas Artes.

Ademir critica punição de PM que fez greve

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou a punição imposta pelo governo do estado do Pará ao cabo PM Antonio Élio Borges, sob a acusação de que o militar teria sido um dos responsáveis pela greve da polícia paraense, ocorrida em julho do ano passado. Em protesto, o cabo iniciou na segunda-feira uma greve de fome nas escadarias da Assembléia Legislativa do Pará. Segundo Ademir Andrade, a punição é uma demonstração da "insensibilidade" do governador com o serviço público.

– É preciso lembrar que a greve dos policiais só foi encerrada após uma dura rodada de negociações em que os militares concordaram com o fim do movimento após a concessão de um abono de R$ 130, e sob a promessa de futura recomposição das perdas salariais, o que, aliás, não foi cumprido; além do compromisso de não haver qualquer punição - observou.

Ademir condena "insensibilidade"

Ademir diz que "Almir Gabriel tem seguido à risca as lições do professor Fernando Henrique Cardoso", promovendo "uma perseguição sistemática contra as principais lideranças dos servidores".

Maldaner lamenta a apatia dos estudantes

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) manifestou ontem preocupação com o que considerou "apatia" estudantil diante das eleições gerais que ocorrerão neste ano. Segundo o senador catarinense, em outras décadas, como nos anos 50 e 60, os movimentos políticos patrocinados por jovens estudantes de segundo e terceiro graus, integrados à União Nacional dos Estudantes (UNE), marcaram os processos eleitorais de então.

– As últimas manifestações de que se tem registro são as das "Diretas Já" ocorridas em 84 e a dos "caras-pintadas", na época da deposição do presidente Collor – recordou o senador, ao falar sobre sua frustração com o esvaziamento estudantil na política.

Casildo Maldaner informou que o período de cadastramento e recadastramento de novos eleitores para o pleito de outubro próximo trouxe uma desagradável surpresa: "Apenas 1,5 milhão de jovens na faixa entre 16 e 18 anos foram cadastrados pelos tribunais regionais eleitorais de todo o país, ou seja, menos da metade da quantidade registrada em 89, quando se alcançou o extraordinário cadastramento de 3,3 milhões de jovens votantes."

O senador disse esperar que os jovens voltem a ter interesse no processo eleitoral, e "elejam candidatos honestos, não deixando que sejam eleitos os piores candidatos". Para ele, os congressistas têm a responsabilidade de mostrar um novo quadro político onde prevaleça a transparência nas decisões internas e nas relações com os demais Poderes, visando "tirar o estudante dessa letargia momentânea".

Maldaner quer jovens na política

Senador considera passeata das crianças "a mais comovente já realizada no país" e afirma que autoridades federais, estaduais e municipais têm a obrigação de atendê-las

Tebet: trabalho infantil é "grito de alerta"

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) considerou um número assustador e "um grito de alerta" a existência de 3,5 milhões de crianças com menos de 14 anos ocupadas em trabalhos ilegais e insalubres no país, conforme dados do IBGE.

Tebet: número assusta

Ele afirmou que as autoridades públicas federais, estaduais e municipais têm a obrigação de dar o que as crianças reivindicaram, quarta-feira, ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e aos presidentes do Senado e da Câmara, Antonio Carlos Magalhães e Michel Temer: o direito de estudar, sem perambular pelas ruas ou trabalhar em carvoarias e canaviais para ajudar no sustento de suas famílias.

Para Tebet, a passeata das crianças em Brasília, que contou com o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, foi "a mais comovente já realizada no país".

Já o senador Joel de Hollanda (PFL-PE), como ex-secretário de Educação do governo de Pernambuco, destacou em aparte programa de retirada das crianças do trabalho em canaviais, patrocinado pelos governos federal, estadual e municipais. Djalma Bessa (PFL-BA) concordou, dizendo que trabalho de criança é escola.

Na opinião do senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), a proteção às crianças depende de uma melhoria das condições de vida das populações mais pobres, pois o trabalho infantil é resultado da necessidade. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu a realização de políticas compensatórias por parte do poder público e destacou iniciativa da Associação Brasileira de Indústrias de Brinquedo (Abrinq), que, acompanhando tendência mundial, criou o selo de garantia de que seus produtos não utilizam trabalho infantil.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) reiterou que a lei que fixou uma renda para as famílias colocarem seus filhos em escolas, sancionada em dezembro passado, não foi regulamentada até agora pelo governo federal. A própria lei determina que os atos regulatórios nela previstos deveriam ser estabelecidos no prazo de 60 dias após a sanção, e já se passaram 150 dias, disse.

Benedita destaca caráter mundial da mobilização

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) vê na Marcha Global Contra o Trabalho Infantil um esforço mundial de mobilização para garantir às crianças o direito à educação e de viverem livres da exploração econômica e de trabalhos danosos ao seu desenvolvimento.

A marcha abrange países dos cinco continentes e, iniciada em agosto de 1997, deverá chegar a Genebra, na Suíça, em junho deste ano, por ocasião da Assembléia Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), informou. Nessa reunião, representantes de governos, trabalhadores e empresários deverão elaborar uma nova convenção mundial sobre o trabalho infantil.

Benedita solicitou a inscrição, nos Anais da Casa, do documento elaborado a partir das discussões das crianças nos vários estados brasileiros, organizado pela CNBB e entregue, na quarta-feira, aos presidentes da República, do Senado e da Câmara.

No documento, as crianças exigem a extinção do trabalho infantil no país, em cumprimento às legislações internacionais relativas aos direitos da infância e da adolescência.

Francelino registra posse de jornalista em academia

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) registrou a posse, na Academia Mineira de Letras (AML), do jornalista Fábio Proença Doyle, eleito pela unanimidade dos membros da entidade.

Francelino destacou que Doyle tem "um estilo fluente e leve, direto e conciso" e cobriu, ao longo de meio século, os principais fatos da vida política, econômica, social e administrativa de Minas.

Ele acrescentou que o novo imortal formou-se bacharel na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, concluiu o curso de doutorado na mesma universidade e atuou no ensino, na literatura, no setor público e em diversas instituições da sociedade civil mineira.

Segundo Francelino, Doyle é jornalista profissional desde 1948, ocupa hoje o cargo de editor-geral do *Diário da Tarde* e trabalhou durante 14 anos no *Estado de Minas*.

Patrocínio cobra criação de universidade no Tocantins

A criação de uma universidade federal no estado do Tocantins foi reivindicada ontem pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO). Ele considera "incompreensível" que, dez anos depois de sua criação, o Tocantins ainda não disponha de tal instituição.

Patrocínio também aplaudiu a iniciativa dos congressistas, que, atendendo ao pleito dos professores universitários em greve, suprimiram, em sessão conjunta realizada na madrugada do último dia 12, o artigo 6º da Medida Provisória 1.657, que instituía a bolsa de incentivo à docência.

Patrocínio: negociação

Apesar de o ministro Paulo Renato haver afirmado que a supressão deste artigo representará uma perda de aproximadamente R$ 30 milhões para os docentes das universidades federais, Patrocínio, bem como os senadores Josaphat Marinho (PFL-BA) e Arlindo Porto (PTB-MG) concordaram que essa medida ampliará as possibilidades de entendimento entre os professores das universidades federais em greve e o Ministério da Educação.

No entanto, Patrocínio considera que o atendimento dessa reivindicação poderá contribuir para que o MEC abra as negociações com os grevistas, permitindo que os estudantes possam voltar às aulas.

Também Josaphat Marinho acredita que a supressão do artigo 6º permitirá que o Ministério da Educação encontre soluções mais abrangentes para as dificuldades do ensino superior público no país. O senador Arlindo Porto informou que, neste final de semana, integrará um grupo de políticos de seu estado que se encontrarão com os sete reitores de universidades oficiais de Minas. Ele esclareceu que o objetivo do encontro será a elaboração de um documento para ser entregue ao ministro da Educação, contendo propostas para a melhoria do ensino nas universidades federais brasileiras.

Já o senador Gerson Camata (PMDB-ES) considera que as autoridades da área de educação devem preocupar-se em dar mais do que melhores salários para os professores. "O que é preciso é dotar as universidades brasileiras de qualidade de ensino".

Abdias: negros reprimidos

Abdias quer retirar rebelião negra do esquecimento

Evocando a proteção de Olorum, como sempre inicia seus pronunciamentos, o senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) relembrou ontem a Revolta dos Malês, ocorrida em 1835, na Bahia, na luta pela libertação dos escravos empreendida pelos povos afrodescendentes no país. O discurso teve como objetivo marcar criticamente a data comemorativa da Abolição da Escravatura, ocorrida na quarta-feira, e "arrancar de um esquecimento injusto as figuras heróicas de cinco mártires, executados dia 14 de maio em Salvador".

Abdias Nascimento explicou que a Revolta dos Malês em 1835 foi o ponto máximo de uma série de rebeliões iniciadas no princípio do século XIX. Segundo registros, a primeira delas eclodiu em 1807. Mas a Revolta dos Malês foi considerada pelos poderosos a mais grave dessa série de insurreições.

Os revolucionários foram delatados por Guilhermina Rosa de Sousa, mulher nagô emancipada, que permitiu ao inimigo uma ação vitoriosa contra a revolta. "A intensa repressão então desencadeada provocou enfrentamentos mortais, ensangüentando os becos, as ruas, os largos e a própria memória da Bahia", disse.

Mais de 280 pessoas foram acusadas, 194 das quais da etnia nagô. Os réus Jorge da Cunha Barbosa e José Francisco Gonçalves, alforriados, foram condenados à morte por enforcamento, ao lado dos escravos Joaquim, Gonçalves e Pedro.

Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) elogiou a trajetória de lutas de Abdias Nascimento, como historiador e político.

Audiência pública da comissão parlamentar conjunta sugere criação de mecanismos de proteção às crianças, combate ao preconceito racial e regulamentação das relações trabalhistas

Mercosul discute redação de carta social

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, presidida pelo senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), realizou ontem audiência pública para discutir a Carta Social do mercado comum. "Com essa iniciativa, queremos popularizar a discussão, aumentando o envolvimento da sociedade civil com o processo de integração social entre os quatro países da região", afirmou a senadora Benedita da Silva (PT-RJ), que solicitou a realização da reunião e atuou como mediadora do debate.

Os representantes das entidades convidadas aproveitaram a oportunidade para expressar os pontos que gostariam de ver incluídos em uma carta social do Mercosul. Pelo Itamaraty, o embaixador Renato Marques e o secretário Carlos Fonseca, que acompanham as discussões do Mercosul sobre relações trabalhistas, emprego e seguridade social, fizeram um histórico das negociações da Carta Social.

Para Normando Batista, do Conselho Nacional de Defesa da Criança e do Adolescente (Conanda), a carta deveria incluir entre suas prioridades mecanismos que resguardem as crianças e os adolescentes do Cone Sul, livrando-os do trabalho infantil.

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul ouviu ontem representantes do governo e da sociedade

– Políticas públicas devem ser traçadas para assegurar a melhoria das condições de vida da infância da região. A saúde pública, a alimentação e o saneamento básico são fundamentais para reduzir a mortalidade infantil e garantir o crescimento adequado das crianças – afirmou.

A educação e o aperfeiçoamento profissional de jovens, mulheres e minorias étnicas também foram defendidos pelos debatedores como pontos importantes a serem incluídos em uma carta social comum para Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai.

– Existem hoje conjuntos humanos impedidos de participar do processo econômico graças aos modelos de desenvolvimento das nações do Mercosul. Devemos discutir objetivamente medidas para diminuir as desigualdades étnicas e raciais – disse a representante da Fundação Cultural Palmares, Dulce Pereira.

Para ela, negros e índios devem ser estimulados a participar da representação política e da administração pública dos países. "O multiculturalismo deve ser considerado uma riqueza do Mercosul. Quem produz cultura junto pode potencializar ainda mais suas relações comerciais", argumentou Dulce.

O embaixador Renato Marques sugeriu que as questões levantadas sejam encaminhadas aos ministérios competentes, que devem formular propostas ao Mercosul. "A partir daí, se aprovadas, as propostas devem ser internalizadas, respeitando o sistema jurídico de cada país", informou.

Governo, sindicatos e empresários brasileiros apresentam propostas

As dificuldades de formular um documento único levaram o Brasil a apresentar três propostas distintas de carta social para o Mercosul: uma formulada pelo governo, outra pelas centrais sindicais e uma terceira pelo empresariado nacional. Com esse material, somado ao que foi apresentado por Argentina, Uruguai e Paraguai, uma comissão dentro do subgrupo 11 do Mercosul – que trata de relações trabalhistas, emprego e seguridade social – começa a redigir a Carta Social que deve nortear a integração dos mercados de trabalho e a legislação social dos quatro países.

Na última reunião, em abril, os representantes no subgrupo escolheram sete convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que devem estar contempladas na carta. Porém, nem todas foram ratificadas pelos quatro países. A maneira como o documento deve ser editado (protocolo ou acordo entre os membros do Mercosul) também causa polêmica.

– Temos muito o que colaborar nessa discussão, pois, apesar de sermos cobrados quanto ao cumprimento das leis, possuímos legislação avançada com relação à mulher e às crianças e adolescentes – afirmou a senadora Benedita da Silva.

PROGRAMAÇÃO

TV Senado

7h - Entrevista com Cláudio Braga, assessor do Incra/DF, sobre a regulamentação das terras das mil comunidades remanescentes dos quilombos, conforme o artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias
7h30 - "Jornal da Amazônia"
8h - "Sete Dias" - entrevista com o senador José Agripino (PFL-RN) e o deputado federal Marcelo Déda (PT-SE)
9h - Sessão plenária (vivo)
12h15 - Entrevista com Cláudio Braga, assessor do Incra/DF, sobre a regulamentação das terras das mil comunidades remanescentes do quilombos, conforme o artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias
13h15 - "Sete Dias" - entrevista com o senador José Agripino (PFL-RN) e o deputado federal Marcelo Déda (PT-SE)
14h30 - Sessão plenária (reapresentação)
18h45 - Entrevista com Cláudio Braga, assessor do Incra/DF, sobre a regulamentação das terras das mil comunidades remanescentes do quilombos, conforme o artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias
19h30 - "Sete Dias" - entrevista com o senador José Agripino (PFL-RN) e o deputado federal Marcelo Déda (PT-SE)
20h30 - "Congresso Hoje"
20h40 - "Senado em Pauta"
21h - "Fala, Cidadão"
21h30 - "Especial Seca" - debate com o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) e o deputado federal Roberto Pessoa (PFL-CE) sobre a seca no Nordeste e a utilização do rio São Francisco para abastecimento da região
22h30 - Resumo da semana
23h - Especial - "Patrimônio da Humanidade: Olinda"

Destaques para o fim de semana:
Sábado e **Domingo**:
10h e 21h - Lançamento do Museu Eletrônico em CDs contendo "Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro" e a coleção de Anais e das Constituintes de 1823 e 1988

Rádio Senado

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
8h45 - "Plenário em Revista"
9h - Sessão plenária
13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
19h - "A Voz do Brasil"
22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
24h - Retransmissão da sessão plenária
3h - Música e informação

SÁBADO
10h30 - "Autores e Livros" - No programa, os entrevistados prof. Campelo e Carlos Augusto Lacerda, editor da Nova Fronteira, falam sobre o *Dicionário Aurélio*. Apresentação da professora Margarida Patriota
11h - "A Música Erudita e seus Mestres" - Desta vez, as músicas clássicas do filme *Shine*, como a "Rapsódia Húngara nº 2", de Franz Liszt, e "Polonaise nº 6 em Lá bemol menor", de Chopin. Apresentação do senador Artur da Távola
16h - "A Música do Brasil" - O programa apresenta "Shows que o disco não deixa morrer", com Vinicius de Moraes e Dorival Caymmi na Boate Zum-Zum, em 1967, com Quarteto em Cy e o Conjunto de Oscar Castor Neves. Apresentação do senador Artur da Távola
19h - Resenha da semana (plenário)
20h - "Especial do Mês" entrevista o sambista e compositor Paulinho da Viola
21h - Resenha da semana (comissões/presidência)
22h - "Século XX" - As campanhas das "Diretas-já" e em seguida a derrota da emenda, a morte de Elis Regina, a Copa perdida de 1982, o começo do período de estagnação na economia brasileira a partir de 1980, o lançamento da candidatura de Tancredo Neves. E mais: as músicas *Vai Passar* e *Suburbano Coração*, de Chico Buarque, *Fascinação*, interpretada por Elis Regina, *Troque seu cachorro por uma criança pobre*, com Eduardo Dusek, *Você não soube me amar*, da Blitz

DOMINGO
11h - "A Música Erudita e seus Mestres" (reprise)
17h - "Século XX" (reprise)
19h - Resenha da semana (plenário)
19h30 - "Autores e Livros" (reprise)
21h - Resenha da semana (plenário)
22h - "A música do Brasil" (reprise)

Início imediato das obras no rio São Francisco, segundo o senador, serviria, a curto prazo, para empregar inscritos nas frentes de emergência e, a longo prazo, levaria benefícios a 10 milhões de pessoas

Suassuna quer transposição das águas já

Francelino defende recursos de urgência

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) defendeu a mobilização de "recursos de urgência" para a imediata abertura de poços tubulares, nas áreas atingidas pela seca em Minas Gerais, "sem os quais o abastecimento de água para a população corre sério risco de colapso".

Segundo o senador, somente no norte de Minas é urgente a perfuração de pelo menos 660 poços, como única solução para a falta de água, já que os rios e córregos estão praticamente secos.

Francelino Pereira visitou a região e considerou dramática a situação, e lembrou que não há previsão de chuvas no norte de Minas para os próximos cinco meses.

Ele disse que a área mineira da Sudene e os vales do Jequitinhonha e do Mucuri estão atingidos pela seca "de uma forma impressionante". Mais de 100 municípios mineiros, segundo o senador, sofrem os efeitos da estiagem, que atinge diretamente 170 mil pessoas, em sua maioria trabalhadores rurais que perderam tudo o que plantaram:

– Há casos tão graves como os vividos nos sertões do Nordeste – relatou. – Em Rubelita, no Vale do Jequitinhonha, a última chuva caiu em novembro do ano passado. Na localidade de Aparecida, os moradores dividem com o gado a pouca água existente na única cacimba.

Francelino: Minas vive drama

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu ontem o início imediato da transposição das águas do rio São Francisco. Ele sugeriu que a obra começasse a ser tocada pelos pontos coincidentes dos três projetos existentes até agora.

– Poderíamos começar a limpar a área onde vão ser instalados os acampamentos e também a tirar as pedras onde sabemos que passará o projeto. Dessa forma daríamos início à transposição e garantiríamos emprego imediato – sugeriu Suassuna.

Com o início das obras, na opinião de Suassuna, a execução do projeto se tornaria irreversível. Ele revelou que conversou na quarta-feira com o presidente Fernando Henrique Cardoso e alertou para a possibilidade de incluir nos trabalhos de transposição o pessoal inscrito nas frentes de emergência. "Somente na Paraíba são 100 mil pessoas que estão recebendo os 50 reais por mês", informou.

Suassuna: início imediato

Ney Suassuna comentou que a transposição apenas retiraria cerca de um centésimo das águas do rio São Francisco, beneficiando aproximadamente 10 milhões de pessoas de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, que passariam a ter emprego através da produção. Ele acrescentou que as terras do sertão destes quatro estados são boas e férteis, faltando apenas água com regularidade.

ÊXODO RURAL

Apoiando o pronunciamento, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu a interiorização do desenvolvimento. Ele disse que o êxodo de pessoas para as metrópoles causa problemas principalmente nas áreas de segurança pública, saneamento básico e moradia.

Para evitar o congestionamento populacional nas grandes cidades, Maldaner sugeriu ao governo federal utilizar o BNDES e o Banco do Brasil no desenvolvimento de projetos para que as pessoas que residem na zona rural possam ter emprego, saúde, educação e lazer.

Alcântara rebate argumentos contrários

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) pediu ontem a solidariedade de mineiros e baianos para a transposição das águas do rio São Francisco, justificando que a realização desse projeto é fundamental para pelo menos quatro estados do Nordeste: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Ele citou trechos de artigo do jornalista Luís Nassif, publicado quarta-feira na *Folha de S. Paulo*, para ilustrar seu pronunciamento no plenário.

Lendo o artigo, intitulado "A Miragem do São Francisco", Alcântara destacou que Luís Nassif via três dificuldades para a transposição do rio. A primeira, de cunho federativo, pois o projeto implica retirar água de alguns estados para distribuir em outros. A segunda, são os poucos estudos avaliando as conseqüências ambientais. A terceira razão citada pelo jornalista foi econômica. "O primeiro projeto apresentado era megalômano, implicando custos extraordinários", escreveu Nassif.

Comentando a primeira dificuldade citada pelo jornalista, Alcântara opinou que o princípio federativo significa coesão e solidariedade entre os estados-membros. E que o Senado seria o local indicado para o debate na busca de uma solução harmônica para o assunto. Quanto à ecologia, o senador informou que o governo federal contratou empresa para elaborar estudo sobre o impacto da obra no meio ambiente. A razão econômica, alega, também não seria problema.

Alcântara: projeto fundamental

– Os dados estão variando. O número mais alto que vi até agora fala em US$ 1 bilhão, que não é nada de se espantar, em se tratando de uma obra desse gênero, que visa trazer muitos benefícios para essas regiões que querem ser assistidas – justificou Alcântara.

O senador Djalma Bessa (PFL-BA) concordou com Alcântara e disse que o valor estimado em US$ 1 bilhão representa "um investimento mínimo" diante da finalidade social de salvar vidas. Romeu Tuma (PFL-SP) falou das campanhas de arrecadação de donativos que estão sendo feitas em todo o país. "Essa solidariedade se contrapõe à violência dos saques que vêm sendo realizados. Enquanto o povo sofrido ajuda com alimentos, outros pregam a prática do crime", comparou.

Júnia Marise acha que socorro às vítimas deve ser mais rápido

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) fez novo apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que determine imediatamente aos órgãos competentes do governo, ao Ministério do Planejamento e à Defesa Civil que socorram as vítimas da seca do norte de Minas Gerais, dos vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do Rio Doce.

Segundo a senadora, as populações dessas regiões estão em uma situação "desoladora". As vítimas da seca, disse Júnia Marise, fazem fila diante dos caminhões-pipas, pedindo água, alimentos e socorro. Muitas crianças estão subnutridas, houve casos de mortes por desnutrição e, conforme informou a senadora, as cestas básicas enviadas pelo governo são insuficientes para atender à demanda.

Júnia Marise pediu a Fernando Henrique que libere recursos para que sejam adotadas medidas eficazes nas regiões atingidas pela seca, como a construção de minibarragens.

Júnia: "situação desoladora"

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, FLAVIANO MELO E JOEL DE HOLLANDA